

A NAÇÃO COMO “COMUNIDADE IMAGINADA” NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DAS NARRATIVAS SOBRE O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS DIANTE DA REVOLUÇÃO NA NICARÁGUA E DA GUERRA CIVIL EM EL SALVADOR NOS ANOS 1980

Roberto Moll Neto¹

As narrativas sobre os países e suas relações internacionais constroem uma imagem da nação e do “outro”, que pode funcionar como artifício de fabricação de consenso sobre a atuação no cenário internacional, inclusive para justificar intervenções diretas e indiretas? Este artigo busca discutir como as narrativas sobre os países no cenário internacional funcionam como dispositivos para imaginar a nação e para legitimar suas relações internacionais. Para analisar essa questão, este artigo está dividido em duas partes. Primeiro abordará o conceito de nação articulado a estudos de relações internacionais. Segundo, analisará as narrativas de intelectuais estadunidenses na revista *Commentary Magazine*, de viés conservador e intervencionista, sobre a necessidade de intervir na Nicarágua e em El Salvador nos anos 1980.

Palavras-chave: comunidades imaginadas; relações internacionais; narrativas; Estados Unidos; América Central.

“IMAGINED COMMUNITIES” IN INTERNATIONAL RELATIONS: THE NARRATIVES ABOUT THE ROLE OF THE UNITED STATES IN FACE OF NICARAGUAN REVOLUTION AND SALVADORAN CIVIL WAR IN THE 1980S

The narratives about the countries and their international relations construct images of the nation and images of the “others”, which can function as a consensus-making device in the international arena, including justifying direct and indirect interventions? This paper discusses how narratives about the countries on the international arena imagine the nation and legitimize its international relations. To analyze this question, this paper is divided in two parts. First this paper addresses the concept of nation articulated to international relations studies. Second, this paper analyzes the narratives of american intellectuals in *Commentary Magazine*, a conservative and interventionist magazine, in face of the U.S. role in Nicaraguan revolution and Salvadoran civil war in the 1980s.

Keywords: imagined communitie; international relations; narratives; United States; Central America.

“COMUNIDADES IMAGINADAS” EN LAS RELACIONES INTERNACIONALES: EL CASO DE LAS NARRATIVAS SOBRE EL PAPEL DE LOS ESTADOS UNIDOS DELANTE DE LA REVOLUCIÓN EN NICARAGUA Y DE LA GUERRA CIVIL EN EL SALVADOR EN LA DÉCADA DE 1980

Las narrativas sobre los países y sus relaciones internacionales construyen imágenes de la nación y de los “otros”, que pueden funcionar como un dispositivo de consenso en las actividades en el ámbito internacional, incluyendo justificar las intervenciones directas e indirectas? En este

1. Doutor em relações internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP) e professor de história do Instituto Federal Fluminense (IFF).

artículo se analiza cómo las narrativas sobre los países en escenario internacional funcionan como dispositivos para imaginar la nación y para legitimar sus relaciones internacionales. Para analizar esta cuestión, este artículo se divide en dos partes. En primer lugar aborda el concepto de nación articulado a estudios de relaciones internacionales. En segundo lugar, analiza las narrativas de los intelectuales norteamericanos en la revista *Commentary Magazine*, de carácter conservador y intervencionista, delante de la posibilidad de EE.UU intervenir en Nicaragua y El Salvador en la década de 1980.

Palabras-clave: comunidades imaginadas; relaciones internacionales; narrativas; Estados Unidos; América Central.

JEL: Y80.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir como as narrativas sobre as relações internacionais funcionam como matrizes da construção de formas de imaginar a nação, que legitimam ações no cenário internacional, como o intervencionismo. Por conseguinte, a principal hipótese que norteia este esforço de pesquisa é a de que as narrativas sobre as relações internacionais constroem uma imagem da nação e do outro, que podem servir como artifício de fabricação de consenso e legitimação de políticas externas, inclusive intervenções diretas e indiretas. Para cumprir o objetivo proposto e avaliar a hipótese levantada, nas próximas linhas, este artigo contém duas seções. A seção 1, *A Nação, uma “comunidade imaginada” e o cenário internacional*, realizará uma discussão teórica acerca do conceito de nação articulado a estudos de relações internacionais. A seção 2 – *Estudo de caso: a construção da imaginação da nação nas narrativas sobre os Estados Unidos e a intervenção na Nicarágua e em El Salvador* – apresentará um estudo de caso baseado nas narrativas de intelectuais conservadores estadunidenses presentes na revista *Commentary Magazine*, de viés conservador e intervencionista, sobre a necessidade de intervir na Nicarágua e em El Salvador nos anos 1980.

Para a tarefa de análise proposta, este artigo estará calcado metodologicamente nos trabalhos de Ciro Cardoso, considerando que as narrativas construídas através das linguagens estão intimamente ligadas aos traços fundamentais dos fatos reais que relata, longe de deformá-los (Cardoso, 2005). E nos estudos de análise crítica do discurso de Normam Fairclough, Viviane Resende e Viviane Ramalho, que tomam a linguagem como um fragmento que, ao mesmo tempo, retrata e transforma a realidade. Nessa perspectiva, o discurso é um modo de ação historicamente situado. Por um lado, as estruturas organizam a produção do discurso nas sociedades. Por outro lado, a ação discursiva age sobre tais estruturas para conservá-las ou transformá-las. O discurso é uma representação e uma forma de agir no mundo. Os discursos são moldados e restringidos pelas relações sociais e são socialmente constitutivos, pois constroem e constituem o mundo (Fairclough, 2001). Sendo assim, por meio das análises de práticas

discursivas historicamente situadas, é possível perceber as tentativas de internalização e a interiorização de relações sociais e ideologias (Resende; Ramalho, 2009).

2 A NAÇÃO, UMA “COMUNIDADE IMAGINADA” E O CENÁRIO INTERNACIONAL

No final do século XIX, no contexto da formação da Alemanha, da Itália e de outros Estados tardios na Europa, o historiador francês Ernest Renan deu início aos estudos sobre a natureza artificial das nações no famoso ensaio o “*Que é uma nação*”, proferido na Universidade de Sorbonne, em 1882. Para Renan, desde o fim do Império Carolíngio, a Europa Ocidental estaria dividida em nações como resultado da consolidação da estrutura multirracial dos reinos germânicos. Para reafirmar este ponto, Renan lembra aos leitores que o Tratado de Verdun, que deu origem aos Estados europeus, e os movimentos de demarcação de fronteira posteriores não seguiram nenhuma tendência etnográfica. Nas palavras do historiador francês, “a consciência instintiva que presidiu a confecção do mapa da Europa não considerou de nenhuma forma a raça, e as primeiras nações da Europa são nações de sangue essencialmente misturado” (Renan, 2006, p.10). Isso valeria também para os germânicos, ainda que buscassem reafirmar o contrário. Além disso, a própria noção de raça seria uma construção.

Outros elementos como idioma, religião, interesses comerciais e a geografia, tal como a raça, não seriam o elemento definidor da nação. Para Renan, o idioma convida a união, mas não determina. Por isso, existem muitas nações que dividem o mesmo idioma e nações únicas que adotam mais de um. Para Renan, “há no homem algo superior à língua: a vontade” (Renan, 2006, p.14). A religião não seria capaz de oferecer uma base sólida para a nação na era moderna. Segundo Renan, a religião tornou-se algo individual, que faz parte da consciência de cada um. Os interesses comerciais coletivos seriam fundamentais para a elaboração de tratados, mas não para a formação da nação, ainda que fosse um liame potente entre os homens. Para Renan, há na nação “um lado sentimental” (Renan, 2006, p.17). No que concerne à geografia, as montanhas e os rios não são determinantes na definição das fronteiras e, por extensão, também não são necessariamente elementos de formação das nações. Para o historiador, as montanhas podem, em alguma medida, separar os povos e as nações, mas, certamente, os rios (as rotas fluviais) unem. Desse modo, o terreno seria apenas o campo de batalha no processo de formação da nação.

De acordo com Renan, a nação é um princípio espiritual conformado sobre o passado e o presente. O passado aviva na nação um rico legado de lembranças comuns. O presente garante consentimento e o desejo de viver em conjunto, fazendo valer a herança comum. Assim, a nação repousa sobre a memória de um passado heróico e sofrido, cheio de glória, que garante a vontade comum de continuar a viver em comunhão. Em outras palavras, a nação repousa sobre a lembrança dos grandes feitos,

dos sacrifícios consentidos e dos males sofridos e continua viva na vontade coletiva de realizar ainda mais no futuro. Em resumo, para Renan, uma nação é, então, uma grande solidariedade formada nos sacrifícios do passado e na disposição em realizar novos sacrifícios no futuro. A nação se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida (Renan, 2006, p.19).

Entretanto, de acordo com Renan, a formação da nação aconteceu, com frequência, de modo violento. Portanto, a “essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas”, sobretudo a violência (Renan, 2006, p. 6).

Aproximadamente cem anos mais tarde, no contexto da globalização acelerada e das previsões acerca da morte do Estado-Nação, em 1983, o cientista político Benedict Anderson publicou o livro “Comunidades Imaginadas”. Recuperando Renan, Anderson lançou como hipótese principal a ideia de que as nações são como “comunidades imaginadas”. Nas palavras de Anderson,

são imaginadas porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles. (...) De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (Anderson, 1983, p.6).

Do ponto de vista de Anderson, as “comunidades imaginadas” são pensadas por meio de práticas culturais e administrativas dos estados modernos a fim de estimular os sujeitos a definir suas obrigações enquanto membros de um grupo que, supostamente, é especial e homogêneo pela própria natureza. Tais práticas estimulavam os homens a buscarem suas identidades e a definirem suas obrigações com o Estado. Como nota Anderson, o estado moderno, em seu processo de formação, atuou como promotor da alfabetização e de uma gramática vernácula comum, que possibilitaram que os homens reconhecessem nos jornais imagens comuns e narrativas coletivas. Nessas imagens e narrativas, diversos eventos e relatos formam uma espécie de romance real e se entrecruzam com a vida do leitor. Dessa forma, o leitor se vê como parte de uma “comunidade imaginada”, com um espaço circunscrito e sujeitos nunca vistos, onde se desenrolam os enredos e as narrativas que guiam parte de suas vidas (Anderson, 1983). Em suma, a era das nações emergiu na modernidade por meio de práticas culturais e administrativas dos estados modernos, como a definição de fronteiras, a promoção da alfabetização e de uma gramática vernácula comum.

No mesmo ano que Anderson publicou “Comunidades Imaginadas”, os historiadores britânicos Eric Hobsbawm e Terence Ranger publicaram a obra “A Invenção das Tradições”. De modo complementar à obra de Anderson, os historiadores britânicos argumentam que as práticas culturais e administrativas que legitimam as nações são “tradições inventadas” na modernidade. Hobsbawm e Ranger entendem por “tradição inventada” as práticas de natureza ritual ou simbólica, reguladas institucionalmente, ou não, que têm por objetivo inculcar valores e normas de comportamento, supostamente, milenares, naturais e obrigatórias a todos os membros que pertencem a uma comunidade. Os historiadores britânicos, entretanto, explicam que o termo “tradição inventada” é utilizado em sentido amplo, que inclui as tradições construídas e institucionalizadas formalmente pelos Estados e as tradições que surgiram de maneira espontânea em um período limitado e determinado do tempo, mas que se estabeleceram com rapidez (Hobsbawm; Ranger, 1997, p.9).

Portanto, heróis, mitos, músicas, roupas típicas e outras tradições nacionais que confirmam a naturalidade histórica das nações e definem os valores e as normas de comportamento características dos indivíduos nas nações são, na verdade, invenções do período moderno, que se fazem e se refazem desde então. Dessa forma, Hobsbawm, Ranger e Anderson tratam a nação como um fruto plantado na era moderna e desenvolvido sistematicamente durante a história até os dias atuais.

Ainda em 1983, o cientista político inglês Anthony Smith publicou *State and Nation in The Third World*, sua segunda obra sobre a questão da nação, mas a primeira com impacto no campo. Durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, Smith publicaria outros estudos importantes sobre a questão da nação, como *The Ethnic Origins of Nations* (1986), *Nations and Nationalism in a Global Era* (1995), *Nationalism and Modernism* (1998) e *Myths and Memories of the Nation* (1999). Para Smith, as nações são “uma nomeada população humana que compartilha mitos e memórias, ocupa historicamente um território; e possui uma cultura de massas, uma economia única e responsabilidades e direitos legais iguais para todos os membros” (Smith, 1999, p. 11). Tal como Anderson e Hobsbawm, Smith sugere que as nações são fenômenos construídos na modernidade. Contudo, de modo diferente, sugere que as raízes desse fenômeno são pré-modernas e as tradições nem sempre são inventadas. Mais do que isso, as nações são construções de longo prazo, que estão constantemente sendo reconstruídas e ressignificadas.

De acordo com Smith, as nações modernas ampliaram estruturas e conceitos antigos que foram universalizados na modernidade, como as ideias de “terra prometida”, “passado dourado” e “povo escolhido”. A ideia de “terra prometida” é associada à nação de duas formas: quando uma comunidade considera a terra um lugar de culto sagrado, um exílio espiritual; ou quando um povo, que precisa

se libertar dos opressores externos, escolhe seguir para uma terra assumida como prometida a fim de formar uma comunidade ideal. A ideia de “passado dourado” estimula nos componentes da nação a recuperação de um *status* passado, mítico e ideal, enfatizando a trajetória heroica dos cidadãos, realçando os grandes feitos, lembrando as virtudes que os descendentes carregam no sangue e justificando o sacrifício em nome de um destino designado desde tempos imemoriais. A ideia de “povo escolhido” é essencialmente um conceito religioso que atribui a um povo a missão de defender os valores morais e de realizar seu destino na terra (Smith, 1999).

Nas obras de Smith, a nação moderna não existe sem o nacionalismo. É o nacionalismo que dá sentido às nações. É um movimento idealizado para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de uma população, considerada por alguns dos seus membros como uma real ou potencial “nação”. Os nacionalismos combinam aspectos étnicos e cívicos, não obstante, um ou outro tenha maior preponderância em determinados contextos históricos e geográficos. O nacionalismo étnico é calcado sobre a ideia de que os indivíduos de uma nação dividem uma cultura e uma história única e exclusiva, diferente dos grupos externos, estando assim ligados por laços de solidariedade que lembram laços familiares. O nacionalismo cívico, por outro lado, define a nação como um grupo de indivíduos que escolhe pertencer racionalmente a uma comunidade com um território definido e compacto, que marca a diferença do “outro” exterior através da lei, dos direitos e de uma cultura pública de massas. Assim, o nacionalismo é ao mesmo tempo uma construção subjetiva e uma categoria normativa que define quem pertence a uma determinada sociedade e as obrigações que estes têm de cumprir (Smith, 1999).

O processo de instalação do Estado moderno desenhou fronteiras que unem e separaram os homens. Desse modo, criam a nação e o internacional modernos. No plano externo, as relações internacionais seguem as relações sociais fundamentais. Sendo assim, as formas de imaginar a nação em um Estado são levadas ao plano internacional como sua representação. Por outro lado, as “relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (Gramsci, 2002, p.42). Desse modo, o desenvolvimento das relações internacionais pode modificar a estrutura das relações nacionais e, conseqüentemente, as formas de imaginar e representar a nação imputando nesta novas percepções de mundo.

Gopal Balakrishnan, historiador de origem indiana radicado na Grã-Bretanha, aponta que a construção da nação está marcada pelo conflito. O sacrifício pela nação é impossível sem a possibilidade do sacrifício, que se faz na luta. É nesta que a nação afirma-se como “comunidade imaginada”. E como as lutas não se fazem sem inimigos, a imaginação nacional é inevitavelmente decorrente da relação conflituosa com o “outro” (Balakrishnan, 2000). Nas palavras de Balakrishnam,

a pureza e fatalidade da imaginação nacional não brotam espontaneamente da organização social da língua vernácula, mas dos riscos decorrentes de pertencer a uma “comunidade de vida e morte”. A nacionalidade imaginada, com suas afinidades sagradas com a religião, nem sempre parece enraizar-se profundamente na vida cotidiana da sociedade moderna. Em condições normais, os indivíduos pertencem e se identificam com um vasto número de associações superpostas, nas quais a participação pode ser instrumentalmente avaliada, até certo ponto. Isso significa que, na maior parte do tempo, a experiência de pertencer a uma nação é tênue e superficial. Só na luta a nação deixa de ser um quadro de referência informal e apenas presumindo como certo, transformando-se numa comunidade que se apodera da imaginação (Balakrishnam, 2000, p.221).

Como apontam os teóricos do Sistema Mundo, as potências coloniais modernas promoveram a construção do imaginário da nação por meio da anexação de grupos europeu e da colonização do “outro” americano. Segundo Quijano, esse “processo tem um duplo movimento (...) começou com uma colonização interna de povos com identidades diferentes, mas que habitavam os mesmos territórios transformados em espaços de dominação interna” e continuou, sincronicamente, com a colonização de povos que habitavam espaços distantes daqueles considerados nacionais (Quijano, 2005, p. 256-257). Essa relação estrutural entre centro e periferia marca a formação do Estado moderno e a construção da “comunidade imaginada” mostrou-se mais duradoura e estável do que o próprio colonialismo (Castro-Gómez, 2005, p. 172).

Nesse processo, o centro apresenta-se como o ator positivo, dotado de razão, bondade e superioridade. E caracteriza o periférico-colonizado como bárbaro, incontinente e inferior. Diante do exterior, os artifícios de poder de convencimento que incluem a caracterização do “outro” e da “nação” operam por meio do “paradigma da soberania”, que funciona por meio da dicotomia soberania/anarquia e reforça dicotomias como bem/mal, nativo/estrangeiro, eu/outro, racional/irracional, razão/emoção, estabilidade/anarquia, herói/vilão e outros mais, sendo o primeiro elemento positivo ideal e o segundo elemento negativo ameaçador. Entre positivo e negativo, o enquadramento dentro desses elementos possibilita a normalização, a diferenciação e a hierarquização (Campbell, 1998). Quer dizer, a dicotomia é a fronteira verbalizada, que opõe o que é benigno e o que é maligno em vários níveis e é, portanto, fundamental para definição da concepção de nação. Esta, por sua vez, sustenta um projeto político que busca ser hegemônico e legitima a condução da política externa.

Desse modo, constrói-se artifícios de governabilidade global a fim de assegurar os fluxos de capitais e mercadorias, sobretudo de matérias-primas e trabalho dos periféricos para os centros e de produtos industrializados e capital especulativo do centro para os periféricos. Para dentro das fronteiras nacionais,

legitima-se a exclusão e a disciplina daqueles que se colocam em oposição aos projetos hegemônicos, inclusive no que se refere à política externa. Para fora das fronteiras nacionais, legitima-se a divisão internacional do trabalho, a desigualdade dos termos de troca e, em última instância, as intervenções com uso da força. Como aponta Castro Gómez, “ambos os processos formam parte de uma única dinâmica estrutural” (Castro-Gómez, 2005, p. 178). Classes ou frações de classe que buscam afastar o Estado dessa relação deixando a periferia precisam reconstruir o imaginário da nação com novas percepções de mundo contra-hegemônicas.

As narrativas acerca das relações internacionais de um Estado são vetores de externalização de valores, percepções de mundo e caracterizações do “outro”, que conformam o imaginário nacional. As narrativas sobre nação e suas relações internacionais estão presentes em discursos políticos, jornais, revistas, produções cinematográficas e publicitárias e jogos esportivos e digitais. Nos jornais e revistas, a analogia entre as narrativas jornalísticas, o exterior e a vida do leitor estabelece-se de duas maneiras distintas. Primeiro ocorre por intermédio da lógica novelesca diária do jornal, reforçada pelo calendário. Quando os leitores recebem as narrativas discursivas sobre a vida de outros homens durante um curtíssimo período, que cessa com o fim da notícia, ficam a imaginar a vida daqueles mesmos homens, que vivem no mesmo território ou se distinguem justamente por viverem em territórios diferentes. Isso instiga a percepção de que existem outros homens que vivem simultaneamente a mesma realidade temporal, formando uma “comunidade imaginada”. A segunda maneira ocorre enquanto o leitor lê o jornal e percebe que outros homens, em qualquer parte do planeta, podem estar a ler as mesmas notícias. Dessa forma, o mundo imaginável torna-se visível, aparente. Assim, a imprensa capitalista utilizando-se da linguagem catalisou novas formas de estabelecer laços fraternais, as “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983).

3 ESTUDO DE CASO: A CONSTRUÇÃO DA IMAGINAÇÃO DA NAÇÃO NAS NARRATIVAS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS E A INTERVENÇÃO NA NICARÁGUA E EM EL SALVADOR

3.1 A crise na América Central: revolução na Nicarágua e guerra civil em El Salvador

Entre 1979 e 1992, a crise econômica e a instabilidade política marcaram a América Central. Estudiosos e políticos encararam a revolução na Nicarágua e as tentativas insurrecionais em El Salvador e na Guatemala como um plano regional subversivo inserido no conflito entre Estados Unidos e União Soviética. Contudo, como aponta Edelberto Torres-Rivas (1993), tratou-se de um processo histórico com raízes em condicionantes locais, que, por coincidência diacrônica, inseriu-se no contexto do

conflito entre as duas potências. A ausência de legitimidade política dos setores dominantes em uma conjuntura de crise econômica e, em meio à Guerra Fria, impulsionou o extremo voluntarismo da guerrilha (Torres-Rivas, 1993, p.12).

Na Nicarágua, em 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), uma frente ampla que contava com importantes grupos de orientação marxista, conseguiu derrubar o governo de Anastasio Somoza Debayle, representante do grupo oligarca-militar que governava o país desde a década de 1930. Sem apoio dos Estados Unidos, o governo revolucionário sandinista derivou para zona de influência soviética. Em El Salvador, a Guerra Civil que perdurou entre os anos de 1979 e 1992 opôs organizações de massas agrupadas na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e esquadrões da morte, como a Organização Democrática Nacionalista (Orden), as Forças de Libertação Anticomunistas de Guerras de Eliminação (Falange) e a União Guerreira Branca (UGB). A FMLN tinha orientação majoritariamente marxista, ainda que fosse constituída de grupos diversos como uma frente ampla de oposição à oligarquia-militar que governava o país por meio de fraudes e golpes políticos desde o século XIX. A Orden, a Falange e a UGB eram grupos paramilitares, esquadrões da morte, com o objetivo de impedir e combater qualquer manifestação contrária aos governos oligarca-militares. E, em meio a governos moderados de orientação social democrata e social cristã do período, atuaram como força para recondução do grupo oligarca-militar ao poder, sobretudo como braço armado da Aliança Republicana Nacionalista (Arena). Pelo menos, 70 mil salvadorenhos perderam a vida nos confrontos que marcaram a década (Dunkerley, 2001, p.110). Além disso, estrangeiros, incluindo missionários estadunidenses, foram assassinados.

Nos Estados Unidos, a Revolução Nicaraguense e a Guerra Civil salvadorenha geraram preocupação, uma vez que a América Central e o Caribe ocupam uma posição periférica estratégica. Todo fluxo de matérias-primas e produtos manufaturados que entram e saem dos Estados Unidos, por meio do complexo portuário da Louisiana, para o hemisfério sul precisam cruzar a Bacia do Caribe, margeada por cinco países que compõe a América Central. Mais do que isso, a América Central, é a principal rota de ligação entre o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, por meio do Canal do Panamá, que estabelece um fluxo de mercadorias entre os Estados Unidos e a Ásia. Além de tudo, a região ocupa uma posição militar estratégica de segurança e defesa do território estadunidense ao impedir que invasores subam pelo Rio Mississippi em direção ao interior do país. Uma onda de revoluções na América Central, com a vitória da FSLN na Nicarágua e da FMLN em El Salvador, colocaria ainda mais risco aos interesses na segurança da Bacia do Caribe.

Como garantidor da ordem nas trocas globais e da segurança diante da União Soviética, o governo dos Estados Unidos estava sob o comando de

Ronald Reagan e do Partido Republicano. Permeado por quadros de orientação conservadora, o governo Reagan recuperou as teorias de George Kennan, James Burnham e Murray Rothbard, que acreditavam que a União Soviética tinha por objetivo dominar o mundo por meio da disseminação de ideologias estatistas e totalitárias. Mais ainda, acreditavam que os Estados Unidos estariam a perder o protagonismo, o que, além de vexatório, colocaria em risco a democracia e a liberdade.

Diante disso, os Estados Unidos deveriam recuperar o protagonismo, além de possuírem o dever de acabar com a ameaça à liberdade e à democracia no mundo. Isso quer dizer, retomar a estratégia de contenção e impedir qualquer tentativa de disseminação de ideologias e projetos estatizantes, como o comunismo, o nacionalismo ou o liberalismo. Por isso, os Estados Unidos deveriam combater qualquer possibilidade de revolução na América Central e no Caribe. Alexander Haig, secretário de Estado entre 1981 e 1982, propôs até mesmo que o movimento inicial na região deveria ser uma invasão a Cuba com ajuda da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), para interditar o fluxo de armas que seguiam para Nicarágua e El Salvador. Outros quadros mais moderados, propuseram formas indiretas de intervenção, por meio de assistência econômica e militar, ações secretas levadas a cabo pela Agência Central de Inteligência (CIA) e pelas forças armadas e de forças contrarrevolucionárias locais, como a Força Democrática Nicaraguense (FDN) também conhecidos como Contras. No congresso, anti-intervencionistas e intervencionistas moderados tentaram frear o governo Reagan.

3.2 A análise externa das fontes: os intelectuais que imaginaram a nação nas narrativas acerca da revolução na Nicarágua e da guerra civil em El Salvador

Na revista *Commentary Magazine*, editada por Norman Podhoretz, intelectuais de viés conservador com ligações com o governo Reagan advogaram a intervenção estadunidense na América Central. Entre 1979 e 1992, a *Commentary Magazine* publicou vinte e oito textos para debater a situação na América Central, sobretudo a Revolução Sandinista. Entretanto, a região só se tornou um tema frequente nas páginas do periódico durante o governo Reagan, principalmente no segundo mandato (1985-1989), indício de que as escolhas textuais da *Commentary Magazine* seguiram e amplificaram as escolhas políticas do governo Reagan, que deram centralidade às questões ligadas à economia estadunidense no primeiro mandato e maior foco às relações internacionais nos últimos quatro anos da gestão.

Entre os articulistas, Max Singer e Mark Falcoff destacam-se pela profusão de artigos. Singer e Falcoff eram associados ao Hudson Institute, um centro de pesquisa fundado em 1961 que agrega conservadores de diversos espectros. Seus membros o definem como uma organização política não partidária, dedicada a

pesquisas e análises inovadoras para promover a segurança global, a prosperidade e a liberdade. Além disso, Falcoff e Singer foram diretores do Friends of the Democratic Center in Central America (Prodemca). A Prodemca instituição fundada em 1981 por figuras como Penn Kemble, outra voz frequente na revista, tinha o intuito de elaborar material antissandinista, que recebeu fundos públicos da U.S. Information Agency destinados pelo National Endowment for Democracy (NED) para pagar peças publicitárias com intuito de promover a ajuda militar aos Contra nos meios de comunicação estadunidenses e financiar a oposição sandinista dentro da Nicarágua.

Vozes menos frequentes na revista como Jeane Kirkpatrick, Robert Kagan e Elliott Abrams destacam-se pela posição que ocupavam no meio político-acadêmico estadunidense, notadamente entre conservadores. Kirkpatrick era professora de ciência política da Georgetown University e membro do Council on Foreign Relations. Além disso, tornou-se conselheira para política externa na campanha presidencial de Ronald Reagan. Depois da vitória deste, ocupou um assento no National Security Council (1981-1989), foi escolhida embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (1981-1985) e participou do Defense Policy Review Board (1985-1993) e do President’s Foreign Intelligence Advisory Board (1985-1990). Especificamente para América Central, Kirkpatrick foi vice-presidente do Nicaraguan Freedom Fund, criado em 1985 a pedido do Coronel Oliver North, para levantar fundos e destinar restituição fiscal para a AmeriCares, uma organização voltada a angariar recursos para ajuda humanitária a Honduras, El Salvador e Nicarágua.

Robert Kagan, historiador formado pela Yale University e defensor de uma política externa agressiva e intervencionista, iniciou sua carreira como assessor de Jack Kemp, representante conservador do Partido Republicano pelo estado de Nova Iorque, em 1983. Nos dois anos seguintes, atuou como principal escritor dos discursos de George P. Schultz, secretário de Estado, e foi membro do Policy Planning Staff no Departamento de Estado. Entre 1985 e 1988, foi secretário-adjunto no Bureau of Inter-American Affairs, no mesmo ministério. Além disso, é membro do Brookings Institute, *think tank* bipartidário e aberto a liberais intervencionistas, neoliberais e neoconservadores. Kagan, como o Brookings Institute, sempre tentou evitar o rótulo de neoconservador, preferindo ser identificado como um liberal intervencionista.

Por fim, Abrams começou a carreira política em 1975, e até 1977 foi como conselheiro especial de Henry Jackson, senador do Partido Democrata pelo estado de Washington e fundador da Coalition for Democratic Majority. Em seguida, ocupou a mesma função no gabinete de Daniel Moynihan, senador do Partido Democrata pelo estado de Nova Iorque. Foi também conselheiro para Política Interna no governo republicano de Richard Nixon e membro da

Coalition for a Democratic Majority. No início dos anos 1980, após conhecer a filha de Podhoretz, participou do Committee for the Free World e tornou-se um articulista frequente na *Commentary Magazine*. Durante a presidência de Ronald Reagan, ocupou os cargos de Assistente do secretário de Estado para Organizações Internacionais (1981); assistente do secretário de Estado para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários (1981-1985) e assistente do secretário de Estado para Assuntos Interamericanos (1985-1989).

Esses intelectuais reproduziram os discursos de outros atores, por meio de falas e ideias atribuídas. Assim, corroboraram as falas oficiais de membros conservadores do governo estadunidense como Stansfield Turner, ex-agente da CIA, e documentos oficiais. Apresentaram discursos de políticos da região envolvidos, inicialmente, na revolução sandinista como Edén Pastora, Arturo Cruz e Virgílio Godoy Reyes, ministro do trabalho nos cinco primeiros anos do governo sandinista. E as vozes de atores neoliberais como Robert S. Leiken e liberais como Edward Kennedy foram utilizadas de modo positivo e concordante para exprimir uma suposta unanimidade, quase absoluta sobre os discursos, as ideias e as propostas intervencionistas de conservadores e neoconservadores para a América Central. Membros do governo sandinista, guerrilheiros da FMLN, camponeses e trabalhadores centro-americanos não tiveram nenhum espaço nas páginas da *Commentary Magazine*.

Além disso, os intelectuais desse periódico caracterizaram de modo negativo as principais forças autônomas e endógenas de transformação no subcontinente – os revolucionários nicaraguenses e salvadorenos. Operaram a construção simbólica do revolucionário como inimigo por meio da diferenciação, com ênfase na desunião entre a população e os revolucionários, com uma nítida separação dos termos “nicaraguenses” e “sandinistas”. Igualmente, nos textos sobre El Salvador, trataram os membros da FMLN como “guerrilheiros”, “revolucionários” ou de “extrema esquerda”, nunca como “salvadorenos”.

Articulistas latino-americanos com percepções de mundo conservadoras também ocuparam as páginas da revista, agregando capital simbólico e legitimidade aos discursos, visto que, como nativos, carregam consigo o conhecimento empírico da região e dos fatos. Dois deles, Jaime Chamorro e Cruz Jr., participaram, junto ao FSLN, no processo que retirou Somoza do poder, mas romperam com o governo sandinista por discordâncias quanto à condução da política e da economia. Jaime Chamorro é filho de Violeta Chamorro Barrios e Pedro Joaquín Chamorro Cardenal, político conservador opositor histórico da família Somoza e proprietário do diário *La Prensa*. Em 1978, após o assassinato do pai, Chamorro herdou a propriedade e a direção do diário. Do *La Prensa*, deu suporte à revolução e, posteriormente, ao governo sandinista. Cruz Jr. (ou Arturo Cruz Sequeira) é filho de Arturo Cruz Sênior (ou Arturo Cruz Porras),

político liberal-conservador, ex-presidente do Banco da Nicarágua, membro da Junta de Governo Nicaraguense (1979 e 1981).

3.3 As narrativas sobre o papel dos Estados Unidos e a imaginação da nação

Diante do quadro negativo que ameaçava a segurança e os supostos interesses estadunidenses na América Central, os representantes do governo Reagan na *Commentary Magazine* colocaram a necessidade de mudar estruturalmente a região. De acordo com isso, buscaram criar um consenso sobre a necessidade de intervir na América Central para transformá-la. Por meio da legitimação – estratégia que expõe as relações de dominação como legítimas – a intervenção estadunidense foi apresentada como justa e digna de apoio. Baseados na racionalização, apresentaram uma lógica causal à relação entre intervenção, segurança e paz e a universalizaram ao pressupor que toda ação estadunidense garantiria, inevitavelmente, os interesses e a segurança dos Estados Unidos e do mundo e a inação os colocaria em risco. Em grande medida, colocaram a legitimidade da intervenção na perspectiva da luta do “bem” contra o “mal”. Como expressão máxima desses artifícios, Singer apontou a necessidade de intervenção na América Central como uma forma de evitar falhas como a que permitiu a invasão de Hitler à Áustria e à Checoslováquia ou a negligência da Grã-Bretanha para com a Polônia em 1939 (Singer, 1981; Singer, 1982).

De forma ainda mais direta e específica, Arturo Cruz Jr. legitimou a necessidade de uma intervenção em uma relação lógica e universalmente benéfica entre a ação estadunidense e a paz na América Central, que remonta ao passado. De acordo com Cruz Jr., a Nicarágua assistiu a 17 guerras civis nos 17 anos prévios à chegada dos Marines, em 1912, para “resolver as coisas”. A Nicarágua estaria “esgotada pela depravação pública e pela anarquia desde a independência” até que os Estados Unidos chegaram “para resgatar eles [os nicaraguenses] de sua própria torpeza”. Como resultado final, “a ocupação americana na Nicarágua encontrou a calma: as guerras terminaram por um tempo” (Cruz Jr., 1989, p. 48, tradução nossa).

A partir das narrativas discursivas da *Commentary Magazine* sobre a América Central, os intelectuais que escreviam no periódico imaginaram a nação em função de uma missão redentora que os Estados Unidos deveriam empreender na região – a intervenção. Esta pressupõe objetivos, virtudes e capacidades que caracterizariam a nação. Assim, ela é imaginada como uma comunidade de indivíduos que guardam virtudes e capacidades necessárias para realizar um objetivo comum de transformar a realidade negativa da América Central a fim de salvaguardar os supostos interesses e a segurança dos Estados Unidos. Dessa forma, os representantes do governo Reagan na *Commentary Magazine* apoiaram suas interpretações na padronização, com um referencial proposto como fundamento compartilhado e na simbolização, com a construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.

Sendo assim, caracterizaram os Estados Unidos como o espaço da racionalidade, força, democracia, independência, modernidade, liberdade, benevolência, antiterrorismo, anticomunismo, vitória e direitos humanos. Portanto uma comunidade imaginada de estadunidenses qualificados como realistas, fortes, livres e libertadores, independentes, modernos, democráticos, humanitários, antiterroristas e vitoriosos.

3.3.1 Realistas e vitoriosos

Para Kirkpatrick, os Estados Unidos deveriam adotar uma abordagem racional em consonância com seus interesses e capacidades. Precisariam de uma “política realista com o objetivo de proteger o próprio interesse e ajudar as capacidades de autodeterminação de nações menos desenvolvidas” (Kirkpatrick, 1979, p. 45, tradução nossa). Especialmente para a América Latina, os Estados Unidos precisariam abandonar a vaga perspectiva globalista e passar a considerar as realidades culturais, o caráter, a geografia, a economia e a história. Com o resultado, deveriam elaborar estratégias para garantir seus interesses, a segurança coletiva e a autonomia de outras nações do hemisfério.

Assim, seria possível “construir uma política latino-americana que protege os interesses de segurança dos Estados Unidos e torna as vidas reais das pessoas reais na América Latina um pouco melhor e um pouco mais livres” (Kirkpatrick, 1981, p. 40, tradução nossa). A narrativa de Kirkpatrick dialoga com o texto de Singer, que alerta que as “pessoas do mundo inteiro, amigos e inimigos, acostumaram a assumir quase como uma lei da natureza” que os Estados Unidos “não poderiam ser derrotados e não iriam ser humilhados ou nunca demonstraram ser negligentes ou incapazes de defender os [seus] interesses” (Singer, 1982, p. 48-49, tradução nossa).

3.3.2 Fortes, modernos e anticomunistas

Nesse sentido, os Estados Unidos deveriam vencer a ameaça comunista à segurança hemisférica com a força militar e com as reformas modernizantes em busca de libertar a região. Para Kemble, o relatório da Comissão Kissinger estaria correto ao informar que dois fatores contribuíram para a crise na América Central: *i*) a democracia e o progresso político não poderiam ser alcançados “até que a ameaça de segurança [fosse] sanada”; e *ii*) os problemas econômicos, sociais e culturais teriam tornado a região um alvo para “agressão comunista e intriga” (Kemble, 1984, p. 25-26, tradução nossa).

Portanto, seria necessário atuar em duas frentes. Na primeira, reconhecer que “sempre que os interesses vitais [estadunidenses] estão em jogo, a experiência obriga os Estados Unidos a exigir mais do que gestos ou sorrisos antes de baixar a guarda”. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam comprometer-se com ajuda

militar para combater a ameaça comunista. Na segunda, seria preciso elaborar e implantar um projeto moderno para América Central, que “empregaria ajuda dos Estados Unidos para construir a partir do zero”, com envio de professores, técnicos agrícolas, serviços legais, assistência de saúde e planejamento familiar. A implantação desse projeto dependeria da adoção de práticas democráticas. Entretanto, para Kemble, aqueles que queriam “fazer da ajuda econômica a peça central da política [estadunidense] não [mereciam] ser levados a sério” (Kemble, 1984, p. 27-30, tradução nossa).

Na Nicarágua, para Kemble e Cruz Jr., dificilmente a resistência popular seria uma opção melhor do que provocar a insurreição e a intervenção militar direta. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam apoiar a resistência dos Contra e contribuir politicamente e militarmente para enfraquecer o governo comunista sandinista, sobretudo porque “poucos nicaraguenses (...) adquiriram as habilidades e a compreensão conceitual necessárias para construir uma organização política de base ampla e eficaz” (Kemble; Cruz, 1986, p.19-29, tradução nossa). Em El Salvador, os Estados Unidos deveriam levar em consideração “como prevenir as atrocidades da esquerda contra o povo salvadorenho e como melhorar a efetividade dos militares e da polícia” (Singer, 1981, p. 34, tradução nossa).

3.3.3 Democráticos e humanitários

Especificamente no campo político, seria necessário instalar a democracia e o respeito aos direitos humanos para transformar a América Central. Segundo Kirkpatrick, os estadunidenses estariam acostumados a “democratizar os governos, a qualquer hora, em qualquer lugar, sob quaisquer circunstâncias”. Entretanto, as instituições democráticas seriam “especialmente difíceis de estabelecer e manter – porque fazem exigências pesadas a todas as partes de uma população e porque dependem de condições sociais, culturais e econômicas complexas” (Kirkpatrick, 1979, p. 37-38, tradução nossa).

Para Singer, os Estados Unidos deveriam trabalhar para que “uma alternativa democrática [derrotasse] seus inimigos não democráticos” porque “um passo corajoso em direção à democracia [iria] impor uma sangrenta derrota a um bando de gangsteres” (Singer, 1981, p. 36, tradução nossa). De acordo com Kemble, os Estados Unidos deveriam oferecer assistência militar e econômica para “conquistar progresso em matéria de direitos humanos (...) e fortalecer [os grupos políticos] que se comportam com os padrões decentes”. Assim, estaria “a promover regimes democráticos na América Central” (Kemble, 1984, p. 28, tradução nossa). Para Kagan, como no governo Kennedy, “o progresso democrático na América Latina [justificaria] a intervenção generalizada”. Além disso, alimentaria “a crença igualmente poderosa de que a intervenção em nome da democracia era a melhor maneira de derrotar o comunismo no hemisfério”. A única estratégia com chance

de sucesso seria a adoção de uma “política de intervenção vigorosa em nome da democracia” (Kagan, 1988, p. 45-51, tradução nossa).

3.4 O Governo Reagan: espelho da nação imaginada

A partir do artifício da unificação, principalmente por meio da estratégia de simbolização, os articulistas da *Commentary Magazine* colocaram o governo Reagan em consonância com os símbolos que caracterizavam a comunidade imaginada em suas páginas. Dessa forma, o governo Reagan foi caracterizado positivamente como anticomunista, realista, democrático, forte, libertador, humanitário e vitorioso. Essa caracterização positiva, em consonância com a comunidade imaginada no periódico, reforçou a legitimação de possíveis ações na América Central, abrindo a possibilidade de engajar os leitores no apoio às ações na América Latina.

Inicialmente, o governo Reagan não teria feito o que os Estados Unidos deveriam fazer. Em 1982, Singer acusou os responsáveis pela política externa para América Latina de não conseguir, entre outras coisas, compreender que “estavam lidando com verdadeiros marxista-leninistas crentes em técnicas totalitárias para garantir e manter o poder”. Mais grave do que isso, para Singer, o governo Reagan “não conseguiu manter em mente a distinção entre democracias e inimigos da democracia; não conseguiu compreender a natureza da agressão totalitária moderna, e especialmente sua dependência de uma guerra de ideias; e não conseguiu demonstrar os frutos de amizade àqueles que partilham os nossos valores” (Singer, 1982, p. 43-49, tradução nossa).

Contudo, nos anos seguintes, o governo Reagan teria agido de acordo com a necessidade de combater o comunismo e defender os Estados Unidos. Para Kagan, a Administração Reagan estaria “a parar o comunismo” (Kagan, 1988, p. 48, tradução nossa). De acordo com Abrams, o governo Reagan deixou claro que “protegeria a América Central do Comunismo”. Especialmente em El Salvador, a ajuda dos Estados Unidos teria permitido reerguer a economia, modernizar as forças armadas e tornar a sociedade mais aberta à competição política (Abrams, 1989, p. 30, tradução nossa).

Para combater o comunismo, a administração Reagan estaria tomando medidas realistas, baseadas na oferta de ajuda militar e econômica para as forças anticomunistas e articuladas com o incentivo à democracia e aos direitos humanos na América Central. De acordo com Falcoff, a Administração Reagan proveu “ajuda econômica e militar para combater a guerrilha em ascensão e para estabilizar uma economia duplamente assolada pela guerra e recessão” (Falcoff, 1984, p. 32, tradução nossa).

Segundo Kagan, Reagan teria adotado uma “estratégia própria de John Kennedy”, uma vez que estava “disposto a ir mais longe – para intervir e apoiar os esforços para defender os direitos humanos e as reformas democráticas com influência, dinheiro e armas estadunidenses” (Kagan, 1988, p. 48, tradução nossa).

De acordo com Abrams, a administração Reagan teria “feito do estabelecimento de instituições democráticas a peça chave na política da América Central”. Em El Salvador e na Guatemala, a política estadunidense teria buscado “forçar transições para os governos democráticos através de eleições livres” e “encorajar melhorias nos seus sistemas judiciais, reduzir a violência militar, expandir a liberdade de imprensa (...) para construir não apenas os governos democráticos, mas as sociedades democráticas”. Na Nicarágua, frente ao crescente papel dos sandinistas como catalizadores da insurreição na região, o governo Reagan teria feito “o seu melhor para garantir que a liderança dos Contra passasse para os membros da comunidade de exilados que estavam comprometidos com a instauração da democracia” (Abrams, 1989, p. 30-31, tradução nossa).

Como resultado das vitoriosas políticas da Administração Reagan, os interesses dos Estados Unidos estariam seguros, e a América Central estaria livre do comunismo. Finalmente, começaria a adquirir os valores ocidentais. De acordo com Abrams, devido à política do governo Reagan para a América Central, “os notórios assassinatos dos esquadrões da morte diminuíram” e “eleições livres foram realizadas umas após as outras”. Acima de tudo, devido à atuação estadunidense, a América Central estaria no “progresso em direção a um sistema político livre” e com “normas de direitos humanos até agora desconhecidas nos anais da guerra de guerrilha” (Abrams, 1989, p. 30, tradução nossa).

Após a vitória de Violeta Chamorro sobre Daniel Ortega, nas eleições de 25 de fevereiro de 1990, Falcoff e Cruz Jr. voltaram às páginas da *Commentary Magazine* com o artigo *Who Won Nicaragua*. Para a dupla, “a política da administração Reagan de apoiar uma resistência armada” teria forçado os sandinistas a buscar legitimidade nas eleições. No pleito, Chamorro teria sido identificada como “a candidata dos Estados Unidos”. Longe de ser uma crítica negativa, este rótulo teria ajudado Chamorro porque “a maioria dos nicaraguenses (e outros latino-americanos), na verdade, gostava e admirava os Estados Unidos e desejava intensificar o relacionamento tanto quanto possível”. Além disso, a invasão dos Estados Unidos ao Panamá, em dezembro de 1989, teria sido “crucial para vitória”, porque em caso de fraude teria ficado claro que “os marines colocariam as coisas no lugar certo” (Falcoff; Cruz Jr., 1990, p. 34-37, tradução nossa).

Entretanto, segundo os autores, para Chamorro, “o povo da Nicarágua – incluindo, claro, aqueles que pegaram em armas como contras – disse não ao comunismo, não à escassez planejada, não à militarização da juventude, não à subversão como propósito

nacional” e “cravou uma estaca no coração do vampiro marxista”, na figura dos sandinistas (Falcoff; Cruz Jr., 1990, p. 38-39, tradução nossa). A “vitória” pertencia ao povo da Nicarágua e “àqueles que acreditaram neles e em sua causa” (Falcoff; Cruz Jr., 1990, p. 38, tradução nossa). Isto é, os Estados Unidos, sobretudo o governo Reagan.

3.5 A exclusão dos liberais anti-intervencionistas

A identificação com a nação garante aos homens o direito de participar dos embates na sociedade civil como fonte de legitimidade política. Mas, ao mesmo tempo, legitima a indiferença e a discriminação utilizadas para marcar aqueles que não têm lugar no Estado e na Nação. Dessa forma, o nacionalismo foi largamente empregado para legitimar ou deslegitimar projetos políticos nacionais; para excluir dissidências políticas, culturais e étnicas.

Na perspectiva dos articulistas da *Commentary Magazine*, dentro dos Estados Unidos, os liberais anti-intervencionistas eram o maior empecilho à intervenção na América Central. Por meio da diferenciação, deram ênfase às características que apartam os liberais anti-intervencionistas da comunidade imaginada nas páginas da revista. Em alguns momentos, por meio do expurgo, definem, inclusive, os liberais anti-intervencionistas como inimigos. De forma geral, os articulistas da *Commentary Magazine* caracterizaram os liberais como utópicos, negligentes, traidores, pró-comunistas, oportunistas e irresponsáveis, antítese da “comunidade imaginada”.

Para Kemble e Cruz Jr., os congressistas liberais eram negligentes como “uma enfermeira em um filme de televisão, de pé, ao lado da cama de um paciente doente, à espera de algum ponto no gráfico de febre que justifique puxar o plugue” para que “uma doença mais cruel e contagiosa” trouxesse morte (Kemble, 1984, p. 29, tradução nossa). Os liberais não reconheceriam que “muitos nicaraguenses não só [desejavam] uma invasão, mas se [apegavam] à expectativa de que, eventualmente, os Estados Unidos [reconheceriam] a necessidade de tal ação”. Mais do que isso, os nicaraguenses não queriam acreditar que “a superpotência que durante tanto tempo dominou a região [deixaria] seu país cair sob domínio dos comunistas” (Kemble; Cruz Jr., 1986, p.27-28, tradução nossa).

Em outros momentos, os comentaristas do periódico definiram os liberais como defensores do comunismo e traidores dos valores estadunidenses. Segundo Kagan, os congressistas liberais anti-intervencionistas estariam a considerar “a vitória sandinista como vitória deles”, em desacordo com a tradição de defesa de um projeto democrático e liberal para América Latina, como aquele articulado e implementado durante a presidência de John F. Kennedy (Kagan, 1988, p. 47, tradução nossa).

Em muitos momentos, os colunistas da *Commentary Magazine* acusaram os liberais anti-intervencionistas de serem politicamente oportunistas, agindo apenas

com o intuito de fragilizar o governo de Ronald Reagan. Para Kemble, os liberais estariam “mais interessados em atacar” as políticas do governo Reagan do que em encontrar uma solução para os problemas da América Central (Kemble, 1984, p. 25, tradução nossa). Para Falcoff, os liberais anti-intervencionistas utilizavam a questão da Nicarágua como “uma vara maravilhosa com a qual podem bater na administração Reagan”. Propositalmente, estariam a “confundir o público quanto às questões reais em jogo” (Falcoff, 1988, p.23-24, tradução nossa).

Portanto, os liberais anti-intervencionistas seriam irresponsáveis, pois estariam a colocar os interesses dos Estados Unidos e a segurança dos aliados em risco. Para Falcoff, os que se opunham às ações secretas e ao uso da força na América Central desconsideravam as “ameaças” e a possibilidade de que “soviéticos e cubanos poderiam colher os benefícios de uma nova divisão internacional do trabalho, em que iriam fazer o que fazem melhor – fazer a revolução –, enquanto o Oeste, montado na culpa, também faria o que faz de melhor – pagaria por tudo isso”. Isso seria “não apenas uma receita para falha, mas para o suicídio” (Falcoff, 1984, p. 37-38, tradução nossa).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender como as narrativas discursivas acerca de questões internacionais empreendem a construção do imaginário da nação. A nação é uma poderosa arquitetura intelectual para fabricação de consenso. Portanto, para exercício do poder. É na construção da nação que as concepções de mundo e os projetos políticos articulam-se com sentido. O imaginário da nação é imprescindível nas disputas que se estabelecem na sociedade civil, pois é nele que as concepções de mundo e o projeto nacional articulam-se. Ao produzir narrativas discursivas sobre a revolução na Nicarágua e sobre a guerra civil em El Salvador, os intelectuais conservadores ligados ao governo Reagan apresentaram medidas de intervenção nas quais os Estados Unidos tinham o papel principal: salvar Nicarágua e El Salvador de um futuro ameaçador. Ao definir a ação dos Estados Unidos, construíram uma imagem da nação como comunidade imaginada de estadunidenses com características positivas – realistas, fortes, democráticos, modernos, humanitários, anticomunistas e vitoriosos.

Nas mesmas narrativas, definiram os liberais contrários à intervenção como utópicos, negligentes, traidores, pró-comunistas, oportunistas e irresponsáveis. Ao comparar a caracterização dos liberais com a caracterização dos estadunidenses da nação imaginada, é possível perceber uma relação de oposição entre os termos. Além disso, quatro significantes são opostos à própria concepção coletiva de nação: traidores, negligentes, oportunistas e irresponsáveis.

Por outro lado, os intelectuais da *Commentary Magazine* deram uma caracterização positiva ao governo Reagan como sendo realista, anticomunista, democrático, libertador, moderno e vitorioso. Ao comparar essa caracterização com a caracterização do estadunidense da nação imaginada nas páginas da *Commentary Magazine*, é possível perceber uma semelhança positiva por meio de significantes como realista, anticomunista, democrático, moderno e vitorioso.

Libertador, o único significante que não se repete em ambas as caracterizações, é inerente ao propósito de intervenção na América Central. Sendo assim, a comparação com a caracterização dos liberais anti-intervencionistas repete o binômio positivo/negativo de realistas/utópicos, pró-comunistas/anticomunistas e fracassados/vitoriosos, observado na comparação realizada entre a caracterização do estadunidense da nação imaginada e do liberal anti-intervencionista, o “outro” interno. Além disso, no que tange especificamente à intervenção, é possível perceber uma oposição entre libertador/negligente-irresponsável-traidor.

Portanto, os articulistas imaginaram a nação como reflexo da missão redentora dos Estados Unidos na Nicarágua e em El Salvador. Produziram narrativas discursivas acerca das relações internacionais que definem a caracterização do “outro”, tanto externo quanto interno, e apresentaram a imaginação da nação de modo imbricado, relacional e referente. Nesse caso analisado, a forma de imaginar a nação de modo positivo partiu das medidas de intervenção sobre o outro negativo externo e em contraposição política ao “outro” negativo interno, os liberais anti-intervencionistas. E, assim, funcionaram como elemento de estímulo de engajamento ao apoio das ações dos Estados Unidos na América Central.

Em outras palavras, os intelectuais da revista *Commentary Magazine* apontaram a conduta esperada dos estadunidenses que se reconheciam na imaginação positiva da nação: o apoio e o engajamento nas medidas que o governo Reagan propuseram para a intervenção na América Central. Em suma, tentaram apresentar suas percepções de mundo por meio de um ideal identitário como um padrão partilhado por todos. Com isso, reforçaram a relação direta e o resultado positivo entre as medidas do governo Reagan para intervenção na América Central e a conduta esperada de um estadunidense.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, E. The deal in Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 87, n. 5, p. 29-32, maio 1989.

ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. New York: Verso, 1983.

BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contaponto, 2000.

CAMPBELL, D. **Writing security**: United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CARDOSO, C. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005.

CASTRO-GOMEZ, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. São Paulo: Clacso Livros, 2005.

CRUZ JR., A. Yankee goes home. **Commentary Magazine**, New York, v. 88, n. 2, p. 47-48, ago. 1989.

CRUZ JR., A.; FALCOFF, M. Who won Nicaragua? **Commentary Magazine**, New York, v. 89, n. 5, p. 31-38, maio 1990.

DUNKERLEY, J. El Salvador desde 1930. *In*: BETHELL, L. **Historia de America Latina**. 14. Ed. Barcelona: Editora Crítica, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FALCOFF, M. How to understand Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 78, n. 3, p. 30-38, set. 1984.

_____. Making Central America safe for communism. **Commentary Magazine**, New York, v. 85, n. 6, p. 17-24, jun. 1988.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** – Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAGAN, R. Losing in Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 86, n. 5, p. 45-51, nov. 1988.

KEMBLE, P. The democrats and the Kissinger Report. **Commentary Magazine**, New York, v. 77, n. 3, p. 25-30, mar. 1984.

KEMBLE, P.; CRUZ JR., A. How the nicaraguan resistance can win. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 6, p. 19-29, dez. 1986.

KIRKPATRICK, J. Dictatorship and double standards. **Commentary Magazine**, New York, v. 68, n. 5, p. 34-45, nov. 1979.

_____. U.S. security & Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 71, n. 1, p. 29-40, jan. 1981.

RENAN, E. O que é uma nação? **Revista Aulas**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

SINGER, M. Can El Salvador be saved? **Commentary Magazine**, New York, v. 72, n. 6, p. 31-36, dez. 1981.

_____. The record in Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 74, n. 6, p. 43-49, dez. 1982.

_____. Losing Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 1, p. 11-14, jul. 1986.

SMITH, A. D. **Myths and memories of the nation**. New York: Oxford University Press, 1999.

TORRES-RIVAS, E. (Ed.). *Historia general de Centroamerica: historia inmediata (1979-1991)*. Madrid: Ediciones Siruela, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMS, N. **Norman Podhoretz and Commentary Magazine: The rise and fall of the neocons**. New York: Continuum, 2011.

ANDERSON, T. P. **Politics in Central America**. Santa Barbara: Praeger, 1988.

CALHOUN, C. **Nacionalismo**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

CARDOSO, C. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papirus, 1997.

CHAMORRO, J. How 'La Prensa' was silenced. **Commentary Magazine**, New York, v. 83, n. 1, p. 39-44, jan. 1987.

CROVITZ, G. Crime, the constitution, and the Iran-Contra affair. **Commentary Magazine**, New York, v. 84, n. 4, p. 23-30, out. 1987.

FALCOFF, M. Nicaraguan harvest. **Commentary Magazine**, New York, v. 80, n. 1, p. 21-28, jul. 1985.

_____. Why europeans support the sandinistas. **Commentary Magazine**, New York, v. 84, n. 2, p. 61-65, ago. 1987.

GARNIER, L. La economia centroamericana em los ochenta: nuevos rumbos o callejón sin salida? *In*: TORRES-RIVAS, E. (Ed.). **Historia General de Centroamerica: historia inmediata (1979-1991)**. Madri: Ediciones Siruela, 1993.

GERSTLE, G. **American crucible: race and nation in the twentieth century**. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GILL, S. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cuadernos de La Carcel**. Mexico D.F.: Ediciones Era, v. 6., 2000.

IBARRA, C. F. Centroamérica: entre la crisis y la esperanza. *In*: TORRES-RIVAS, E. (Ed.). **Historia General de Centroamerica**: historia inmediata (1979-1991). Madri: Ediciones Siruela, 1993.

KRYZANEK, M. J. **U.S. – Latin America Relations** [Kindle Edition]. Santa Barbara: Praeger, 1996.

LAFEBER, W. **Inevitable revolutions**: the United States in Central America. New York: W.W. Norton and Company, 1984.

LEOGRANDE, W. **Our own backyard**: the United States in Central America, 1977-1992. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

MURAVCHIK *et al.* Sandinista anti-semitism and its apologists. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 3, p. 25-29, set, 1986.

SUE-MONTGOMERY, T.; WADE, C. **A revolução salvadorenha**. São Paulo: Unesp, 2002.

TEIXEIRA, C. G. P. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: Unesp, 2010.

